

Trump traz de volta debate sobre resultado trimestral

Méritos da proposta seriam mais foco na gestão e menos custos, mas redução de informação preocupa mercado

Por **Victor Meneses** — De São Paulo

22/09/2025 05h01 - Atualizado há 6 horas



Fabio Coelho, da Amec: "Discussão sobre 'alívio informacional' não é nova" — Foto: Divulgação

A possibilidade ventilada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de empresas de capital aberto divulgarem seus resultados semestralmente, em vez de trimestralmente, foi criticada pela maior parte das entidades do mercado de capitais ouvidas pelo **Valor**, mas há uma percepção de que existe mérito nessa discussão.

No início da semana passada, Trump defendeu que empresas americanas divulgassem resultados a cada seis meses. “Isso economizará dinheiro e permitirá que os gestores se concentrem na gestão adequada de suas empresas”, escreveu na rede Truth Social.

Uma das principais diferenças entre empresas de capital aberto e fechado está no nível de transparência exigido de cada uma delas. Companhias listadas em bolsa precisam divulgar suas informações financeiras para que agentes do mercado possam fazer uma avaliação adequada e tomar decisões de investimento. Tanto no Brasil quanto nos EUA, as divulgações são feitas a cada trimestre.

“O investidor tende a ficar mais cauteloso com empresas que divulgam suas informações financeiras com menor frequência”, diz Mara Limonge, vice-presidente da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec). “As empresas mais transparentes são premiadas com mais liquidez.” Para ela, quanto mais recentes forem as informações, melhor serão as avaliações das empresas e melhor será para o investidor tomar suas decisões.

Essa discussão não é nova, lembra Fábio Coelho, presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec). O tema do “alívio informacional” volta e meia ressurge, mas ele diz que, antes de mais nada, é preciso adaptar qualquer sugestão dessa natureza para a realidade brasileira.

Coelho faz referência ao escândalo contábil da Americanas e diz que uma eventual redução de acesso à informação poderia soar até como um contrassenso. Discussões sobre redução na frequência de divulgação dos resultados, diz, também precisam levar em consideração as necessidades setoriais. “Os ciclos do varejo, por exemplo, são muito diferentes dos ciclos do agro. Então um trimestre pode ser um longo período sem informação para muitos investidores.”

Mas há méritos na proposta das divulgações semestrais, diz Fernando Murcia, diretor de pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), como a redução de custos em alocação de pessoal, contratação de auditorias externas e consultorias, além de uma maior desburocratização.

Do ponto de vista da gestão, Murcia reconhece que a pressão por resultados trimestrais pode distorcer o foco estratégico dos executivos, levando-os a tomar decisões voltadas apenas para o curto prazo. A dinâmica de correr atrás da projeção de resultados, para atingir as metas de curto prazo, pode comprometer a visão de longo prazo da companhia. “O gestor fica muito preocupado em bater o ‘guidance’ dos analistas e esquece do longo prazo.”

Esse é exatamente um dos pontos defendidos pela Long-Term Stock Exchange (LTSE), uma bolsa alternativa dos EUA, que planeja apresentar uma petição ao regulador americano, a SEC, solicitando a mudança na exigência de divulgação de resultados de trimestral para semestral. A petição da LTSE acarretará a abertura de uma consulta pública antes de uma decisão da SEC. A atual exigência do regulador americano para divulgações trimestrais começou em 1970.

Divulgações de resultados a cada três meses sobrecarregam as empresas e não resultam necessariamente em melhores informações para os investidores, disse o executivo-chefe da LTSE, Bill Harts, ao Investor’s Business Daily.

Para ele, não se deve confundir frequência das informações com qualidade das informações, e balanços semestrais proporcionariam informações mais consistentes.

As empresas mais transparentes são premiadas com mais liquidez”

— Mara Limonge

Esses méritos, argumenta Murcia, da Fipecafi, não são consistentes o bastante para compensar a redução de transparência. A menor frequência de divulgação geraria um aumento na assimetria da qualidade e disponibilidade de informação ao investidor, principalmente o minoritário, que não tem acesso direto à administração.

Com relação à redução de custos de elaboração e auditoria, o diretor técnico do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), Rogério Mota, diz que qualquer impacto seria marginal e insuficiente para compensar os benefícios da maior disponibilidade de informações.

“As empresas já têm estruturas de contabilidade e fazem fechamentos mensais que são utilizados para fins de análise interna. Então, a informação já está pronta. Pode ter um refinamento ou outro, mas eu diria que um volume grande das informações já está pronto”, diz Mota.

Quanto à divulgação, as informações trimestrais precisam ser publicadas no sistema da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em plataforma digital, sem grandes custos, diz. A única exigência de divulgação em mídia física diz respeito às demonstrações financeiras completas e anuais. Segundo a Lei das Sociedades por Ação, de 1976, as companhias abertas devem publicar uma versão condensada dos seus balanços anuais em jornais de grande circulação e a íntegra na versão eletrônica.

“Podemos discutir de forma ampla, colocar os prós e contras, mas o fato é que ninguém é obrigado a abrir capital”, diz Murcia, da Fipecafi. “Se você decide captar poupança pública, pegar dinheiro de investidor, há um certo nível exigência de informação.”

Para o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri), que reúne os profissionais que lidam com essas questões no dia a dia das empresas, a frequência de divulgações de resultados financeiros não necessariamente reduz questões de transparência, nem prejudica a estrutura de governança, dependendo apenas do nível de maturidade da companhia.

“A empresa não precisa esperar três meses para divulgar informações. Ela pode manter reuniões com os seus acionistas, pode divulgar comunicados e fatos relevantes, realizar ‘investors days’ e ‘road shows’. Ela tem inúmeras ferramentas”, diz Renata Oliva Battiferro, presidente do conselho de administração do Ibri. Ainda assim, ressalta Emerson Drigo, diretor jurídico do Ibri, quem estaria em melhor posição para se manifestar a respeito de uma frequência mensal, trimestral, semestral ou anual de resultados financeiros são os investidores.

Murcia, da Fipecafi, acredita que outras formas de comunicação, como releases e teleconferências, não compensam a ausência de números trimestrais porque não têm o mesmo grau de confiabilidade e governança. “A demonstração financeira oficial tem que seguir norma, é auditada, passa por escrutínio de governança. Tem muito mais credibilidade.” Ele acrescenta que o Brasil não é um mercado tão maduro, e que seriam necessárias iniciativas para dar mais confiança ao investidor.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) foi procurada, mas não respondeu aos pedidos de entrevista.